

## PORTARIA Nº. 491/2010

Dispõe sobre a aplicação do art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

**O Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC**, no exercício da competência que lhe foi conferida pelo art. 18, inciso I, da Lei Estadual nº. 1.169, de 13 de dezembro de 1995, que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar a aplicação do art. 267 do CTB, que trata da transformação da penalidade de multa decorrente de infração de trânsito de natureza leve ou média em advertência por escrito;

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade de implementar políticas educativas para o trânsito, em atenção ao art. 74 do CTB;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Estabelecer que as penalidades de multa decorrentes de infração de trânsito de natureza leve ou média, poderão ser transformadas em advertência por escrito, mediante a certificação de frequência do condutor autuado, em curso de direção defensiva e cidadania, com carga horária total de 04 horas/aula, promovido e coordenado pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – o protocolo do requerimento do autuado, para a aplicação da penalidade de advertência por escrito, prevista no art. 267 do CTB, deverá ocorrer após o recebimento da notificação da autuação por infração de trânsito até o limite do prazo estabelecido para apresentação da defesa prévia, conforme disciplinado no art. 3º, § 2º, da Res. 149, de 19 de setembro de 2003 do CONTRAN;

II – possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir dentro do prazo de validade e na categoria do veículo autuado;

III – não ter registrado em seu prontuário de habilitação, infrações de natureza grave ou gravíssima, não ser reincidente na mesma infração ou cuja somatória de pontos demeritórios seja superior a 10 (dez) pontos, nos últimos 12 (doze) meses;

IV – não ter recebido o benefício previsto nesta Portaria, nos 12 (doze) meses que antecede o requerimento.

§ 1º Ficam excluídas da transformação prevista no *caput*, as infrações decorrentes da conduta tipificada no art. 218, I, do CTB, incluída a partir da vigência da Lei nº. 11.334, de 25 de julho de 2006.

§ 2º Os pontos computados em razão das autuações que tiverem a penalidade de multa transformada em advertência por escrito, permanecerão constando no prontuário do condutor, conforme disciplinado no art. 259 do CTB.

**Art. 2º** Determinar a Gerência de Multas do DETRAN/AC que proceda a verificação do prontuário do condutor, matrícula e acompanhamento dos demais atos atinentes a transformação da penalidade prevista no art. 1º desta Portaria.

**Art. 3º** Autorizar o chefe da 1ª CIRETRAN, sediada em Cruzeiro do Sul, a coordenar a matrícula e o curso previsto no art. 1º desta Portaria naquele município, ficando os demais atos sob responsabilidade da Gerência de Multas do DETRAN/AC.

**Art. 4º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se,  
Publique-se,  
Cumpra-se.

Gabinete da Diretoria Geral, em Rio Branco/AC, 19  
de maio de 2010.

Reginaldo Luís Pereira Prates  
**Diretor Geral**